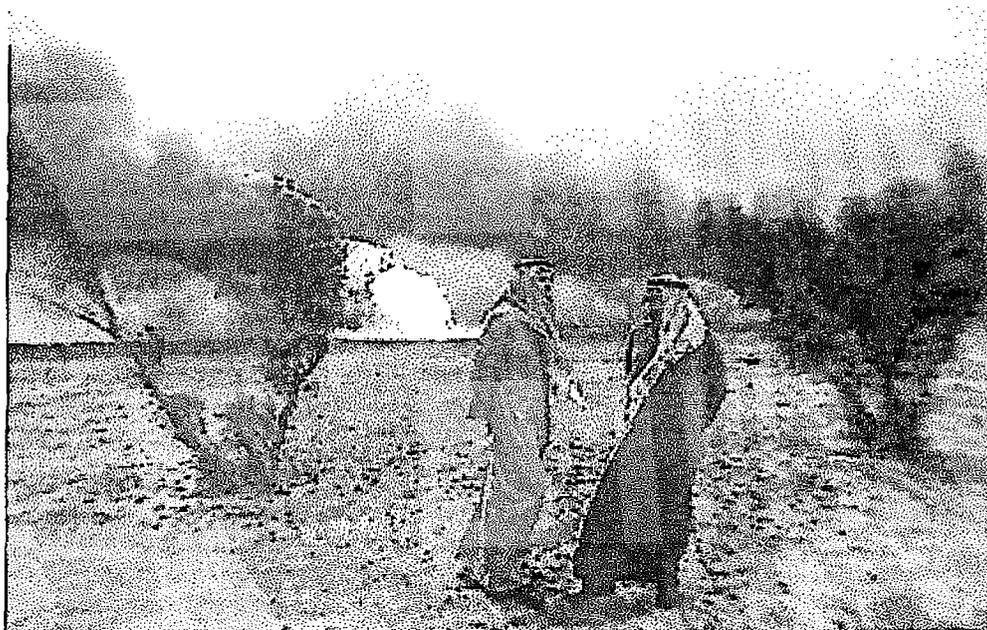


# A CRISE NO IRAQUE : ALGUNS FATOS E PROVÁVEIS CONSEQÜÊNCIAS

*Fernando Quintana\**



**Resumo:** Neste texto são descritos alguns dos principais fatos que podem levar a uma maior compreensão da atual crise no Iraque, destacando sobretudo o desenlace vertiginoso deles nos últimos meses no seio das Nações Unidas. Ele também busca mostrar certas conseqüências e desdobramentos que podem resultar dessa crise no âmbito das relações internacionais e da ordem mundial: unilateralismo e multilateralismo.

**Abstract:** In this text it is described some of the main facts that can provide a larger understanding of the current crisis in Iraq, particularly its outcome in the breast of the United Nations. It also shows some consequences and unfoldings that can be a result of that crisis in the extent of the international relationships and the international order: unilateralismo and multilateralismo.

Antes de algumas considerações mais gerais sobre o futuro da nova ordem mundial e das relações internacionais, gostaria, primeiramente, de relatar certos fatos que possam ajudar a entender melhor a atual crise no golfo Pérsico. O registro de alguns deles se torna ainda especialmente relevante quando levamos à risca a declaração do ex-presidente dos EUA, pai do atual presidente, George Bush, que manifestou, em ocasião do ataque do Iraque ao Kuwait (1990), que *“uma nova ordem mundial nasceria como resultado de uma ampla coalizão anti-Saddam, que varreria do mapa a bipolaridade EUA-União Soviética”*.

#### os fatos.

Em julho de 1990, como retaliação à decisão do Kuwait, aliado americano na região do Golfo Pérsico, de recusar-se a estabelecer quotas de exportação e extrair mais petróleo do que estava autorizado, segundo acordos da Organização dos Países Exportadores de Petróleo - OPEP, o Iraque atacou o país vizinho, anexando-o como mais uma província “petroleira” (a décima nona) de seu território, passando, assim, a ter o controle de mais de 2/3 da produção mundial do petróleo. Em face desse ato de agressão, que violava expressamente normas do direito internacional, a reação da comunidade internacional não se fez esperar. Assim, quatro dias depois da invasão ao Kuwait, em 2 de Agosto de 1990, a ONU decidiu estabelecer um bloqueio econômico e militar total contra o Iraque, até que, incondicionalmente, deixasse o território ocupado. Tal decisão foi adotada com base em normas da Carta das Nações Unidas e por ampla maioria no Conselho de Segurança da ONU<sup>1</sup>.

A recusa de Hussein em abandonar o Kuwait desencadeou a denominada Guerra do Golfo, através da operação militar batizada *Tempestade do Deserto*, que durou apenas 89 dias. Os ataques liderados pelos EUA, com o apoio de uma ampla aliança de 32 países, começaram em 17 de Janeiro de 1991. Depois de um fulminante ataque aéreo, em que só uma das tantas bombas lançadas, em Bagdá, chegou a matar mais de 400 pessoas inocentes, incluindo crianças e mulheres, teve início a ofensiva terrestre, em março,

apesar do anúncio de Saddam em retirar-se incondicionalmente do Iraque, a qual durou apenas cem horas, terminando com a retirada do exército de Hussein, um número muito reduzido de baixas americanas (148 mortos), 56 mil soldados e 3.500 civis iraquianos mortos, e um custo para o contribuinte americano de 61 bilhões de dólares.

A ONU, como condição para o cessar-fogo, impôs também, em 3 de Abril de 1991, uma série de sanções a serem cumpridas pelo Iraque, com a finalidade de enfraquecer ainda mais Saddam Hussein, logo após a tremenda derrota por ele sofrida. Assim, a resolução n.º 687 do Conselho de Segurança decretou a existência de duas *zonas de exclusão* dentro do território iraquiano - na verdade, áreas de desmilitarização obrigatória no sul e no norte do país. A primeira visava prevenir qualquer novo intento de invadir o Kuwait, e também, favorecer a possível rebelião da população de maioria xiita contra o regime de Bagdá; já a segunda tinha como meta evitar repressões do regime de Hussein à comunidade de maioria curda, que luta pela sua independência no Iraque. E, no relativo à demarcação definitiva de suas fronteiras, o Iraque acabou perdendo, ao ser obrigado a reconhecer, por forte pressão da ONU, os novos limites por ela fixados ao seu território, os quais transferiam uma parcela pequena dele para o Kuwait.

Essa resolução do Conselho de Segurança da ONU ordenava, ademais, no prazo de 90 dias, o desarmamento e a interrupção de todos os programas militares relativos à produção de armas de destruição em massa - armas químicas, biológicas e nucleares, assim como, de mísseis com alcance superior a 150 km, com a consequente destruição daquelas já produzidas. Essa interrupção e destruição deveriam se dar sob supervisão internacional de uma comissão especialmente criada por essa resolução: UNSCOM (Comissão de Monitoramento, Verificação e Inspeção da ONU no Iraque). Por último, a dita resolução determinava sanções econômicas ao país, que duram até hoje, e já teriam provocado, segundo relatório das Nações Unidas de 1997, um milhão de mortos dos quais 570 mil foram crianças.

No dia 23 de junho de 1991 um grupo de inspetores dessa comissão apareceu de surpresa num quartel militar num subúrbio de Bagdá, e segundo relatos dos fiscais na imprensa, material bélico proibido teria sido visto sendo transportado dentro do quartel, o que violava a mencionada resolução que exigia a presença dos inspetores em qualquer ato voltado para a eliminação de

armas proibidas. Nos anos seguintes, Saddam teria continuado a dificultar o trabalho dos inspetores, escondendo informações, proibindo o acesso deles as instalações ou mesmo ameaçando-os, como também a cientistas iraquianos, e respectivas famílias, que colaborassem com os inspetores da ONU, dando informações sobre as armas irregulares.

Alguns fatos parecem confirmar essa atitude de Hussein, como também a de haver mentido que teria destruído as armas proibidas. Em 1992, foi comprovada a existência de um programa de enriquecimento de urânio, com ajuda alemã, e foram desmanteladas instalações de processamento desse material químico (usado na produção de energia nuclear) pela equipe de inspetores da ONU. Em julho de 1995, uma cientista iraquiana, Rihad Taha, confessou aos fiscais da Comissão que o governo estava desenvolvendo vários programas para a produção de armas químicas e biológicas. No mês seguinte, Hussein Kamil, genro do presidente iraquiano e ex-alto funcionário do regime, revelou, no exílio - na Jordânia, que Hussein estava enganando os fiscais da ONU e que a produção de armas de destruição em massa continuava no Iraque. Nessa oportunidade, Saddam convenceu o seu genro a retornar ao país, com a garantia de que não sofreria represálias, o que acabou não acontecendo, já que o executou junto com seu primo, também exilado, logo após entrarem no país.

Em 29 de outubro de 1997 estourou uma nova crise, quando o governo iraquiano proibiu a participação de americanos nas equipes de inspeção, por entender que alguns deles eram espões. Assim, em 1º de novembro de 1998, os membros da comissão de inspeção deixaram o país, ante o anúncio de Saddam no sentido de suspender toda e qualquer cooperação com eles.

Em face dessa decisão e à baixa popularidade que, na época, tinha Bill Clinton (frente a ameaça de sofrer um processo de *impeachment*), Washington ordenou, em 16 de dezembro do mesmo ano, a retomada dos bombardeios contra o Iraque, conhecida como *Operação Raposa do Deserto*, justificando tal medida no fato de que Bagdá não tinha dado cumprimento à resolução do Conselho de Segurança, ao não se desarmar. Cabe lembrar que a ação militar americana teve o apoio solitário do Reino Unido e que, já nessa oportunidade, França, China e Rússia, outros membros permanentes no referido conselho, manifestaram expressamente seu protesto contra ela, como também pelo papel exercido pelo então chefe da Comissão de Inspectores da ONU, o australiano Richard Butler, por não trabalhar efeti-

vamente com vistas ao desarmamento do regime de Bagdá. Daquele momento em diante, a política de Washington no Iraque consistiu, basicamente, em manter as patrulhas aéreas nessas duas zonas de exclusão.

Quando George W. Bush chegou à Casa Branca em janeiro de 2001 com o propósito de resolver o problema com esse país, aconteceram os atentados do 11 de setembro. A resposta do governo americano foi o lançamento, com o apoio da ONU, da chamada *guerra ao terrorismo*, atacando, entre outras medidas e ações, o Afeganistão, no fim de 2001. O propósito era o de destruir a rede terrorista liderada pelo suposto responsável pelo ataque ao *World Trade Center* e ao Pentágono, Osama bin Laden, e também o de derrubar o regime do Talibã, que controlava aquele país, bem como aquele que se apresentava como o seu máximo dirigente, o mulá Omar, protetor do líder terrorista saudita em território afegão. A partir de então, a política externa americana passou a ser estruturada como um confronto entre *as forças do bem contra as forças do mal*, ou seja, o mundo livre contra o novo inimigo, o terrorismo. A complexidade dessa nova política internacional ficou evidenciada na nova fórmula, bastante vaga, simplista e maniqueísta, empregada pelo próprio presidente americano: *ou estão com nós ou contra nós*. Além do mais, o Iraque, bem como o Irã e a Coreia do Norte, foi incluído na lista daqueles países que fazem parte do chamado *eixo do mal*, representando, portanto, uma ameaça à paz e à segurança mundial.

Foi dentro desse contexto, também, que a falange de *falcões da Casa Branca*<sup>2</sup> começaram a desenhar sua nova política de segurança nacional denominada *intervenção preventiva* (diversa da anterior, de *contenção*). Essa nova política, em suma, consiste na adoção de uma estratégia militar de ataques preventivos para proteger suas fronteiras (que foram pela primeira vez violadas, ao menos no continente americano, com os ataques em 11 de setembro de 2001), contra Estados considerados hostis, seja declaradamente, seja por terem encoberto terroristas com armas de destruição em massa.

Em 12 de setembro de 2002, o presidente G. W. Bush apresentou um relatório ao Conselho de Segurança da ONU apontando uma série de motivos<sup>3</sup> que poderiam posteriormente justificar a ameaça de lançar mão da força contra o Iraque. Vários fatos poderiam explicar a oportunidade, nesse momento, de tal iniciativa americana: a substituição do regime dos talibãs, no Afeganistão, por outro, bem mais confiável aos interesses militares e econômicos americanos, e

que lhe dava, diante desse sucesso aparente, mais fôlego diplomático para atuar em outras frentes; o fato de que a Arábia Saudita, o maior exportador mundial de petróleo, já não era mais visto como um país plenamente confiável pela administração americana, como o era antes dos atentados de 11 de Setembro, devido à ambigüidade de sua política, por um lado, era - e ainda é - aliada dos americanos na região do Golfo, por outro, segundo denúncias, daria guarida a agentes terroristas ligados à Al Qaeda, como também, faria vistas grossas para o financiamento dessa rede terrorista<sup>4</sup>; por fim, elenco o fato amplamente conhecido, que é o do nível baixo dos estoques nas reservas de petróleo, gás e óleo nos EUA, reduzidos como nunca desde a crise do petróleo do início dos anos 70, o que levaria esse país a procurar um maior controle sobre o preço e, sobretudo, sobre o abastecimento do petróleo, que busca garantir para os próximos 50 anos com a invasão e posterior controle sobre o Iraque pós-Saddam<sup>5</sup>. Numa conjuntura como esta, parece razoável que o governo americano não pudesse admitir que esse país, o segundo maior exportador mundial do produto, com potencial de tornar-se o primeiro nas próximas décadas, ficasse nas mãos de um irresponsável, imprevisível e sanguinário ditador, como se refestela a imprensa americana de apresentar Hussein.

Sob forte pressão americana, então, o Conselho de Segurança decidiu, através da aprovação por unanimidade de uma nova resolução - a de n.º 1441, em 8 de novembro de 2002 -, dar uma *última chance* a Bagdá, ameaçando o governo iraquiano com *sérias conseqüências*, caso não se desarmasse imediatamente e cooperasse para tanto, sob a supervisão internacional, prestando total colaboração aos inspetores da comissão e ao diretor da AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica, da ONU). Em outras palavras, isso implicaria o ingresso irrestrito dos fiscais nos palácios governamentais, para inspecionar a existência ou não de armas proibidas, e o seu acesso, livre da presença de representantes do governo local, aos técnicos e cientistas iraquianos que pudessem dar alguma informação sobre as armas (o que acabou acontecendo posteriormente). Além disso, a nova resolução obrigava Saddam a apresentar um relatório completo, ante o Conselho de Segurança da ONU, sobre o estado de armas de destruição em massa. E, finalmente, estabelecia que a determinação de medidas para dar cumprimento efetivo a essa resolução seria tomada uma vez examinados os relatórios apresentados, ante o Conselho, pelo chefe dos inspetores da comissão de desarmamento da ONU, e pelo

diretor da AIEA.

Desde o começo, os EUA entenderam que o emprego dessas fortes expressões na resolução - "*última chance*", "*sérias conseqüências*" - eram suficientemente claras para indicar a determinação dos membros do Conselho de Segurança pelo uso imediato da força, caso o Iraque não colaborasse com os inspetores, desarmando-se. Outros membros permanentes do Conselho - em particular, a França, a Rússia e a China - entendiam, pelo contrário, que essas expressões não autorizavam o uso urgente da força, mas pelo contrário, indicavam o esforço da ONU em dar mais uma oportunidade ao Iraque de desarmar-se pacificamente colaborando ativa e irrestritamente, conforme ao estabelecido na resolução, com os trabalhos dos fiscais da Comissão.

Os argumentos do governo americano, seguido pelo britânico, para legitimar o uso da força militar urgente no Iraque, eram os seguintes: o relatório apresentado em dezembro de 2002 ante o Conselho de Segurança pelo governo iraquiano, apesar das 12 mil páginas, seria insuficiente e sobretudo falacioso, uma vez que dizia não possuir armas de destruição em massa; os trabalhos dos inspetores da comissão não chegariam a resultados convincentes, uma vez que as armas estariam bem escondidas e imunes a qualquer inspeção; e, por fim, que o governo iraquiano não estaria fazendo coisa diversa daquilo que teria feito durante quase toda a década anterior, isto é, um *faç de conta*, um *esconde-esconde*: de um lado, aparentemente colaboraria com os inspetores; de outro, continua realmente com estoques de armas irregulares intactos, bem com a produção das mesmas. Com base nessas teses, americanos e ingleses pretendiam a elaboração de uma resolução adicional no Conselho, dando um *ultimatum* a Saddam para desarmar-se, caso contrário, obrigá-lo-iam a fazê-lo pela força. Como forma de pressionar o Conselho nesse sentido, continuavam a alegar que a última resolução (n.º 1.441) já equivaleria a um aval da ONU, legitimador de uma intervenção armada no país. E, em tom belicoso e arrogante, arrematava G. W. Bush, *se a ONU não chega a cumprir com sua obrigação, agiremos sozinhos*.

Os países contrários ao uso imediato da força e favoráveis a uma solução pacífica no CS da ONU (França, Rússia, China, Alemanha, etc.) insistiam, pelo contrário, que era preciso continuar com as inspeções no Iraque e dar mais força e autoridade ao trabalho dos fiscais para que cumprissem efetivamente sua tarefa de desarmar Hussein. Alegavam também que Saddam, além de estar dando provas de colaboração, estava fa-

zendo concessões importantes, além daquelas expressamente solicitadas pela resolução, como, por exemplo, permitir o uso, pelos inspetores, de aviões espões de monitoramento, com capacidade para detectar armas em solo iraquiano (o que acabou acontecendo), e a aprovação, pelo legislativo desse país, de um decreto do executivo, proibindo expressamente o uso e o comércio de armas de destruição em massa no Iraque (o que igualmente acabou acontecendo).

A atitude assumida por Bagdá, nesse dois últimos meses, parecia dar munição aos argumentos de ambos os lados, aprofundando ainda mais a divisão entre os membros do Conselho de Segurança. Isto ficou claro, uma vez conhecidos os dois primeiros relatórios apresentados, em 14 de janeiro e 14 de fevereiro, pelo chefe da Comissão de inspeção da ONU e pelo diretor da AIEA ante os membros do Conselho. Por um lado, os informes reforçavam argumentos contrários à guerra, ao declararem que o Iraque estava efetivamente colaborando com os inspetores para desarmar-se, e que ainda não foram encontradas armas de destruição em massa, nem tampouco, nenhuma prova de ligação entre o regime de Bagdá e redes terroristas. Por outro lado, porém, reforçavam as teses favoráveis ao uso da força imediata, ao declararem que tinham achado mísseis com alcance superior ao máximo permitido pela resolução do Conselho de Segurança, que era o de 150 km. A partir desses dois primeiros relatórios, o impasse que se instaurou no seio do Conselho de Segurança mostrava uma divisão inédita entre países aliados, com desdobramentos imprevisíveis.

A necessidade de adotar uma resolução adicional, como desejavam os americanos e britânicos, autorizando o uso da força para desarmar o regime de Bagdá, adquiriu mais força depois das manifestações acontecidas em meados do mês de fevereiro, em que, segundo estimativas, mais de 5 milhões de manifestantes se lançaram nas ruas, em cerca de 60 países e mais de 600 cidades, em protesto contra a possibilidade de ação militar no Iraque. Importa assinalar que foi naqueles países, cujos governos são mais favoráveis a uma intervenção armada, que aconteceram as principais mobilizações. Em Londres, mais de 1 milhão manifestantes; em Madri e Barcelona, mais de 1 milhão em cada cidade. Já em Nova Iorque foi menor (250 mil manifestantes), talvez pelas dificuldades opostas pela polícia, a pretexto de garantir a segurança coletiva contra eventuais atentados terroristas. A necessidade de uma nova resolução também se explicaria pelo fato de que, nos dois países que defendem o uso urgente da força militar, Reino Unido e EUA,

pesquisas de opinião mostravam que o apoio a essa medida ganhava mais adeptos sempre e desde que ela tivesse expressa autorização da ONU.

Face ao resultado dessas pesquisas<sup>6</sup>, e da manifestação global do sábado 18 de fevereiro contrária a guerra, o governo americano começou a preparar-se para obter o apoio necessário daqueles países ainda indecisos no Conselho de Segurança para aprovar sua proposta, e conseguir, assim, maior legitimidade ante a opinião pública e a comunidade internacional para intervir militarmente no Iraque. O projeto de resolução dos EUA, com o apoio dos britânicos e dos espanhóis, enfatizava que o regime de Bagdá não havia aproveitado a *última chance* que lhe foi dada para desarmar-se e que, portanto, se deveria fazer uso de *todos os meios necessários* para obrigá-lo (o que no jargão diplomático quer dizer ação militar). Vale destacar que tal proposta foi lançada, em 24 de fevereiro de 2003, antes da apresentação, no início de março, do um novo relatório (o terceiro) do Chefe da Comissão de Inspeção ante o Conselho, o que demonstrava mais uma vez a intransigência de Washington em não admitir outra alternativa no Iraque, que não a intervenção militar. E isto, mesmo diante dos últimos e desesperados esforços de Saddam, prometendo estudar com seriedade a exigência, feita pelo chefe da Comissão de inspetores, de destruir todos os mísseis proibidos, i.e., aqueles com alcance superior a 150 km. (ordem esta que, igualmente, começou a ser cumprida posteriormente).

Alimentando o impasse e a divisão no seio do Conselho, a resposta dos países contrários à elaboração de uma nova resolução autorizando o emprego da força não se fez esperar. De fato, imediatamente depois de conhecida a proposta americana, a França, com o apoio da Rússia, China e Alemanha, apresentaram, no mesmo dia, em forma de *memorandum* para apreciação dos membros do Conselho, um plano bem detalhado com o intuito de tornar mais eficiente o regime de inspeções e de desarmamento do Iraque, além de reiterar a exigência a Saddam de destruir imediatamente todos os mísseis irregulares. Essa atitude mostrava, mais uma vez, o intento firme de querer resolver a crise por meios pacíficos, contrariando claramente a posição dos EUA, favorável a uma ofensiva militar urgente.

Os embates e discussões em relação à aprovação do projeto de resolução autorizando o uso da força no Iraque, na sessão do Conselho de Segurança em 27 de fevereiro, foram tão intensos, que se estenderam até para marcar a data de apresentação de um novo relatório, talvez o último, do Chefe da Comissão. O fracasso dessa ses-

são foi total, a ponto de, nesse ambiente, qualificado pelos diplomatas presentes como *muito pesado*, o único ponto consensual que se conseguiu como resultado, e com certo desalento, foi o de que nenhuma votação sobre o Iraque iria acontecer nos próximos dez dias. Quanto ao memorando francês, sugerindo o aprimoramento das técnicas de fiscalização sobre o processo de desarmamento iraquiano, parece não haver merecido, dos presentes, a devida atenção, dado o contexto sobremaneira tenso e pessimista que dominou a sessão.

Entretanto, se algo pode tirar-se como resultado dessa *quente sessão* do Conselho, foi o ativo trabalho desenvolvido nos bastidores do encontro. Os EUA tentaram, e ao que tudo indica, conseguiria, o importante apoio de um dos membros provisórios do Conselho - o do México, cujo presidente teria declarado na ocasião, que *o interesse da política externa de seu país é manter boas relações com o vizinho*. Esta estratégia americana de ir obtendo, aos poucos, o apoio de membros ainda indecisos a uma intervenção armada no Iraque, colocava a França e a Rússia numa situação cada vez mais difícil e desconfortável, as de se verem forçadas a fazer uso do poder de veto contra uma decisão majoritária do Conselho, radicalizando talvez irrevogavelmente a oposição entre essas potências. Daí, que estes dois países aproveitaram também esse encontro para despregar importantes esforços diplomáticos no sentido oposto, i.e., impedir a adesão de outros membros indecisos no Conselho em favor da proposta americana, sendo reforçados pela manifestação do primeiro ministro francês, que declarava, desde Paris, *“o veto é um elemento estratégico da independência francesa. Mas estamos buscando uma maioria”*.

Na primeira semana de março, assistimos a um momento bastante decisivo sobre o rumo que iriam a tomar os futuros acontecimentos. De fato, depois de mandar sinais ambíguos de Bagdá acerca do desarmamento no Iraque, o Chefe da Comissão de Inspeção da ONU, em 1º de março, apresentou seu terceiro relatório ao Conselho de Segurança sobre os três meses de trabalho no Iraque. O informe era pouco favorável ao Saddam, o que permitia dar mais munção à justificativa dos EUA de lançar uma ofensiva contra Bagdá. De fato, o relatório dizia que o regime de inspeções teve *resultados limitados*, e que Hussein poderia ter se esforçado mais para mostrar as armas proibidas e apresentar provas mais contundentes de que foram destruídas. Entretanto, o informe deixava algumas palavras de alento para Hussein, ao dizer também que o governo iraquiano teria *cooperado com os fiscais no último mês*.

Após inteirar-se do teor desse relatório, Saddam enviou uma carta à ONU afirmando que iria efetivamente destruir todos os mísseis irregulares (120 em total), com alcance superior ao permitido pela resolução do Conselho (o que acabou acontecendo com a eliminação efetiva e parcial, até hoje, de 46 desses mísseis). A reação a ela, no momento, foi interpretada de forma bem diferente. Para o lado americano, *é um simples jogo de enganação*; para o lado dos pacifistas, *é a prova que o regime de inspeção está obtendo resultados efetivos*. Enquanto, que o Chefe da Comissão de Inspeção da ONU, Hans Blix, afirmava que foi *uma atitude significativa de que o Iraque quer se desarmar*.

As dúvidas continuavam acerca da estratégia americana de evitar um veto por parte dos principais oponentes à guerra, e obter a maioria exigida no Conselho de Segurança para intervir militarmente no Iraque. Mostra disso, foi quando a França e a Rússia, alçaram mais uma vez o tom, e como forma de pressionar um acordo contrário à guerra e influenciar os indecisos, fizeram uma ameaça velada de usar o direito de veto, ao declararem junto com a Alemanha, tradicional aliada dos americanos, embora não tenha direito de veto, que *não vão a permitir nenhuma resolução que possa abrir caminho para uma solução armada*. Enquanto, que o chanceler russo acrescentava, ao momento dessa declaração conjunta, que *os membros permanentes do Conselho têm uma responsabilidade especial e que por isso seria improvável que algum deles se abstenha sobre a questão iraquiana*. Intervenção esta, que pode ser vista como uma forma de pressionar a China no sentido de assumir uma posição mais clara em relação ao projeto de resolução que autorizava o uso da força. A resposta desse país não se fez esperar, e embora não falasse de veto, o chanceler chinês declarou que *“a votação de uma nova resolução não era necessária”*.

Em 7 de março, assistiu-se mais uma vez a uma sessão muito tensa e, até dramática no Conselho de Segurança da ONU devido a fortíssima disputa que se deu entre os países favoráveis ao uso automático da força e aqueles contrários a ela. O quarto informe, que acredito ser o último, apresentado pelo Chefe da Comissão de inspetores, e aquele apresentado pelo diretor da AIEA fora bastante favoráveis ao Iraque, uma vez que o primeiro deles confirmava a atitude de Saddam de estar colaborando com os fiscais da ONU, e de ter destruído parte dos mísseis irregulares; e o segundo relatório, ao assinalar que não se teria achado *nenhuma indicação plausível de reativação do programa nuclear* nos três meses de trabalho no Iraque. Entretanto, o informe de Hans Blix ressaltava, também, desta vez contra

Hussein, que ele *poderia fazer mais esforços para se desarmar*<sup>7</sup>, o que implicaria, segundo o chefe dos inspetores, que alguns meses iam a ser necessários para verificar tal cumprimento.

O relatório do chefe de inspetores da ONU acirrou ainda mais as divergências entre os membros-chaves do Conselho de Segurança. De um lado, dando munção aos argumentos dos países favoráveis ao desarme pacífico, no sentido da necessidade de dar mais tempo e, também, de reforçar o regime de inspeção das Nações Unidas, já que ele estava conseguindo resultados positivos. Do outro lado, fortalecendo os argumentos favoráveis a um desarme do Iraque pela via militar, ao sustentar o representante americano no Conselho que *a intenção de Hussein não teria mudado* no sentido de cooperar mais ativamente com o desarmamento. Mas, o que exacerbou os ânimos nos debates dessa sessão no Conselho, foi, sem dúvida, a nova proposta ao projeto de resolução contra o Iraque, apresentada pelo chanceler britânico com o apoio dos EUA e da Espanha, que reformulava os termos empregados - naquele que já circulava no Conselho de Segurança - dando um *ultimatum* final e definitivo a Saddam, para no prazo de uma data-limite: em 17 de março, se desarmar totalmente conforme às resoluções da ONU, caso contrário haverá o uso automático da força. Tudo leva a crer que essa nova proposta (que ia a ser votada, em princípio, em 11 de março), era mais um intento para forjar o apoio daqueles países cuja posição ainda não estava definida no Conselho, e que, no caso dele acontecer e a medida ser aprovada por maioria daria a legitimidade necessária, face à opinião pública e a comunidade internacional, à alternativa americana já decidida, faz tempo, de usar imediatamente a força militar contra o Saddam<sup>8</sup>. E, essa situação, como vimos, deixaria os países contrários a guerra com direito de veto no Conselho numa situação bastante delicada, i.e., a de não autorizar, caso façam uso dele, uma decisão que teria o apoio da maioria dos membros do Conselho. Tal estratégia parecia ser confirmada pela declaração feita, desde Londres, no mesmo dia da sessão do Conselho, pelo primeiro ministro inglês, quando manifestou *"se houvesse um veto por um dos países e eu acreditasse que ele tivesse apresentado o veto de forma insensata (ou seja contra a opinião da maioria), então, nessas circunstâncias, eu iria à guerra"*

No que diz respeito à votação "final" dessa nova proposta de resolução britânica no Conselho de Segurança, que tinha sido marcada para o dia 11 de março, ela acabou sendo adiada pelos americanos quando ficaram sabendo que não con-

seguiram a maioria necessária (9 votos), que lhes daria a suficiente legitimidade - moral - de intervir militarmente no Iraque. O Reino Unido voltou a apresentar um remendo ao projeto de resolução, em que pedia a Saddam o cumprimento de seis exigências<sup>9</sup> para evitar a guerra. Esta nova proposta poderia ser vista como mais um gesto do governo britânico de tentar chegar a um compromisso entre os membros do Conselho de Segurança, ou obter uma maioria com o apoio dos países ainda indecisos à guerra. Mas, na verdade, tudo leva a crer que ela obedecia a um problema de ordem interno ao Reino Unido, no sentido do governo desse país ganhar maior fôlego, acalmando a tensão cada vez mais intensa da opinião pública, e da sua base aliada no parlamento contrária à guerra. Este novo remendo ao projeto de resolução tampouco teve apoio no Conselho, porque não deixava de ser um novo *ultimatum* ao Iraque, caso contrário: a guerra, e porque não mencionava prazo para o cumprimento das condições, o 17 de março continuava como a data-limite. Assim, mais uma vez a votação da proposta foi adiada.

Em todas essas últimas iniciativas, os membros do Conselho permaneceram fortemente divididos, e a "queda-de-braço" instalada entre seus integrantes não era favorável à aprovação de nenhuma resolução que poderia abrir caminho ao uso da força militar no Iraque. Assim, dentre os cinco integrantes permanentes com poder de veto, permaneciam a favor da votação de uma nova resolução, EUA e Reino Unido, e três em contra, China, Rússia e França. Já dentre os restantes (10) membros provisórios, que tem direito de voto, mas não de veto, claramente a favor a Espanha e a Bulgária. Contra dela, dois membros: Alemanha e Síria. E finalmente, seis países ainda indecisos - Chile, México, Angola, Camarões, Paquistão e Guiné, sendo que esses dois últimos teriam assinalado no sentido de abster-se na votação da última proposta britânica<sup>10</sup>.

Os reiterados intentos de chegar-se a uma maioria no Conselho de Segurança - nove membros - que autorizasse a guerra no Iraque, foi a estratégia encontrada pelos americanos, nos últimos dias, para tentar obter uma vitória "moral", mas, não legal à crise. De fato, a possibilidade de chegar-se a essa maioria, daria a impressão ante os olhos da opinião pública e da comunidade internacional que os EUA haviam esgotado todas as possibilidades para uma solução diplomática, e que por tanto agiriam corretamente, com a devida legitimidade moral, atacando o Iraque, mesmo que essa decisão não fosse legal, uma vez que

não teria o voto favorável de todos os membros permanentes, com direito a veto, no Conselho de Segurança. Do lado da França, a legitimidade buscada era tanto jurídica quanto moral, uma vez que, com sua reiterada intransigência de fazer uso do poder de veto a qualquer resolução que autorizasse a intervenção militar, evitava a provável adesão de outros países indecisos, tornando a decisão americana, de invadir o Iraque, inválida desde o ponto de vista jurídico, quanto ilegítima desde o ponto de vista moral.

Embora não se conheça, até hoje<sup>11</sup>, o desenlace final do impasse criado no seio do Conselho de Segurança da ONU, tudo indica, que dificilmente algo “novo” acontecerá nos próximos dias para impedir a irreversível decisão americana de atacar o Iraque e tirar o seu máximo dirigente do poder. Tal vez, a “última” novidade a acontecer seja a de que os EUA desistam de levar a votação uma nova proposta de resolução, e atuar com base nas resoluções já preexistentes, em particular a nº. 1414, que aprovada por unanimidade no Conselho de Segurança determina o desarmamento do Iraque, sob a ameaça de sofrer *sérias conseqüências*, uma vez analisados os relatórios da Comissão de Inspeção da ONU. Os países favoráveis à guerra entendendo que os (cinco) relatórios apresentados já foram suficientes para desarmar pela força o Iraque, os países contrários entendendo que é necessário dar mais tempo ao regime de inspeção. Apesar dessa divergência, a intervenção armada no Iraque contaria com o devido amparo legal, e permitiria uma saída honrosa para a França (contrária à guerra imediata) e, ficaria numa situação mais confortável a de não se ver obrigada a utilizar o veto. Embora, que tal solução legal poderia ser questionável, desde o ponto de vista moral, uma vez que não explorou ao máximo a via pacífica, de compromisso no Conselho de Segurança.

A cúpula a ser realizada neste fim de semana num arquipélago no Atlântico (em 16 de março), entre os principais líderes favoráveis a guerra (EUA, Reino Unido e Espanha), parece ser mais um encontro para determinar o momento mais propício para intervir militarmente no Iraque, que um esforço por solucionar a crise. De fato, e, ante os últimos resultados desapontadores, tudo leva a crer que, nessa reunião, as discussões vão estar mais voltadas em questões operacionais - da guerra - que, em novos intentos diplomáticos para tentar atrair apoios a ela. E isto, apesar da nova mobilização global anunciada para este fim de semana, em particular a que acontecerá nos EUA aonde são aguardados milhares de manifestantes contrários à in-

tervenção armada.

### as conseqüências.

Antes de entrarmos com as conseqüências e prováveis desdobramentos da crise no Iraque, um breve comentário sobre o tema da guerra. Alguns autores defendem a chamada *guerra justa*<sup>12</sup>, outros a denominada *guerra justificada*<sup>13</sup>, no sentido de uma guerra limitada no tempo e no espaço, com alvos bem definidos, e sem ou com o menor número possível de vítimas inocentes. De acordo com a primeira, a guerra pode ser vista como o meio necessário para afirmar um direito que foi eventualmente desrespeitado, ou seja, a guerra como sanção à violação de uma norma jurídica. Neste sentido, a guerra do Golfo de 1991, apesar de não se enquadrar na categoria de *guerra justificada* (pelo elevado número de vítimas civis), poderia ser enquadrada na de *guerra justa*, uma vez que ela pode ser justificada - legalmente - devido à violação ao direito internacional acontecida com a invasão ao Kuwait pelo Iraque. Na presente crise, dificilmente poderíamos encontrar uma justificativa semelhante, uma vez que o propósito dos EUA, embora seja desarmar o Iraque conforme as sucessivas resoluções da ONU, mas, sobretudo, querem o fim do regime de Bagdá e a destituição de seu máximo líder,<sup>14</sup> como deu a entender em várias oportunidades o presidente americano, “*Saddam Hussein é uma ameaça a América e nós vamos a cuidar dele*”. Agora bem, ao que se sabe, nenhuma norma das Nações Unidas prevê o uso da força para tal finalidade, uma vez que contraria um princípio básico do direito internacional: a não intervenção nos assuntos internos de um Estado.

Enquanto ao argumento usado pelos americanos para justificar a necessidade de desfazer-se do “ditador” iraquiano por violar direitos humanos. A apuração dessas violações, como a eventual condenação e castigo (como também de outros dirigentes bem próximos dos EUA),<sup>15</sup> poderia ficar a cargo do novo Tribunal Penal Internacional, que, importa lembrar, os EUA se opuseram a sua criação, como também, boicotaram a cerimônia inaugural, recentemente acontecida, na Haia.

A opinião dos especialistas é discordante enquanto as conseqüências que resultaram da crise que se instaurou no Conselho de Segurança da ONU com o motivo do Iraque. Alguns analistas, mais pessimistas, assinalam que já houve um dano irreparável para o futuro das Nações Unidas, no sentido que tanto os defensores da guerra quanto

os contrários a ela no Conselho, teriam poderosos argumentos num futuro para questionar a sua credibilidade. Os primeiros, ao dizer, que ela não ajudou, de forma efetiva, a desarmar o Iraque; os segundos, ao dizer, que ela não serviu, de maneira eficaz, para evitar o uso da força nesse país. Ambos os lados não relutariam em passar a chamar o Conselho das Nações Unidas de *Conselho de Insegurança*. Outros, mais otimistas, acreditam que a ONU sairá fortalecida, já que pela primeira vez ela não respondeu positivamente a um pedido expresso dos EUA, o que levaria à sensação de que prevaleceu a vontade da maioria do planeta, e não a dos americanos.

Também podem ser registradas declarações bastante alarmistas, como a do atual presidente francês, quando manifestou, que “*pode dar-se uma implosão da coalizão internacional contra o terrorismo*” caso os EUA atuem no Iraque sem o aval da ONU. Ou do ex-Secretário de Estado, Henry Kissinger uma das vozes mais influentes na política externa americana do Partido Republicano, que manifestou, a propósito do futuro das relações internacionais, *se a crise terminar sem uma mudança de regime em Bagdá, se os Estados Unidos decidirem retirar as tropas sem ter alcançado mais do que uma contenção nebulosa de um regime que desobedeceu diretrizes da ONU por mais de uma década, a credibilidade do poder americano na guerra contra o terrorismo e das relações internacionais americanas serão gravemente, talvez irreparavelmente, prejudicadas*<sup>16</sup>.

Retomando as declarações, do início, do ex-presidente dos EUA George Bush, no sentido de que uma nova ordem mundial nasceria depois da guerra do Golfo de 1991 acentuada pelos ataques do 11 de setembro de 2001, e resumida na simplista e sinistra fórmula empregada pelo atual presidente americano e os falcões da Casa Branca que *o mundo deveria estar do lado dos EUA ou do lado dos terroristas*, estamos em condições de afirmar que tais previsões estão se costurando de forma bem mais difícil, talvez, daquela planejada e desejada pelos políticos da família Bush. Prova disso, a atual crise com respeito ao Iraque que mostrou seriíssimas dificuldades para construir a ampla coalizão anti-Saddam, que poderia ser resumida no jargão belicoso de G.W.Bush, *ou estão com nós ou com o Iraque*, e está dando fortes indícios, que sorte semelhante pode aguardar o esperado apoio aos americanos, por parte de seus presumidos aliados, na aplicação da sua nova política de segurança de *ataques ou de intervenção preventiva* no combate ao terrorismo e contra os *países do mal*.

O desfecho da atual crise iraquiana está demonstrando, mais uma vez, que o que está em

jogo no futuro rumo das relações internacionais e na configuração da ordem mundial, é o triunfo de posturas unilaterais ou multilaterais, as quais adquirem maior dramaticidade quando o que está em pauta, como agora, é a deliberação e a decisão sobre as alternativas de guerra ou de paz, de uso da força ou da diplomacia<sup>17</sup>. A este respeito, gostaria acrescentar, que a perspectiva unilateral entende as relações entre os Estados como relações de força e incorpora o antagonismo, até armado, como mais um traço característico, ordinário, das relações internacionais, sobretudo quando os interesses considerados vitais por algum membro da comunidade internacional aparecem seriamente ameaçados. Nesse sentido, cada membro deve acumular a maior quantidade possível de recursos (militar, econômico, etc.), para evitar que a balança do poder não lhe seja desfavorável e para conseguir fazer valer sua vontade e seus interesses (vitais) frente aos outros.

Dentro desta perspectiva, as alianças entre os Estados são vistas, sobretudo, como meros cálculos de oportunidade e/ou conveniência<sup>18</sup> e, segundo os interesses (vitais) em jogo, tornando-as, dessa maneira, altamente frágeis e vulneráveis. E, no relativo às regras e instituições internacionais, que deveriam pautar a conduta e ser o foro principal da cooperação entre os Estados, elas ficariam seriamente comprometidas tanto na sua dimensão moral quanto na sua eficácia prática uma vez que seriam reduzidas a um uso instrumental.

A perspectiva multilateral, ao contrário, entende que as regras e instituições que regem a vida internacional entre os Estados se erigem em princípios morais e jurídicos e são o lugar privilegiado para conduzir e dirimir os conflitos, possibilitando um maior entendimento e sociabilidade entre os mesmos. Vale ressaltar, também, que dentro desta perspectiva as alianças não são vistas como meros cálculos de oportunidade e/ou conveniência, senão como uma possibilidade efetiva de desenvolver políticas de cooperação em longo prazo.

No caso específico da crise no Iraque, e num futuro com a posta em marcha da sua política de *guerra preventiva* os EUA seriam um exemplo da primeira postura (unilateral), i.e., o triunfo da diplomacia coercitiva baseada na utilização do poder e na ameaça de uso a força para conseguir resultados considerados por eles “vitais”; França, Alemanha, China e Rússia, ao menos na atual crise, exemplos da segunda (multilateral), i.e., o triunfo da diplomacia pacífica buscando explorar ao máximo o acordo e a cooperação entre os Estados para dirimir seus eventuais conflitos.

De fato, desde o início, os americanos deixaram bem claro que estão dispostos a agir militarmente contra o Iraque mesmo sem obter o aval da ONU, violando assim, expressamente, normas do direito internacional. Este desrespeito pelas regras e instituições internacionais, cada vez que elas não se enquadram com seus interesses, apareceu claramente evidenciado na retórica belicista de G.W. Bush, quando afirmou, a propósito da capacidade do Conselho de Segurança em desarmar Hussein, que “*se a ONU não consegue fazer com que uma de suas resoluções seja respeitada, uma resolução que já existe há 12 anos, isso diz muito sobre sua utilidade*”. Mas, a escalada retórica belicista, antiinstitucional, não acabava por aí, ao arrematar no final da declaração com um vaticínio final quase apocalíptico de que ela, i.e., a ONU, “*correrá o risco de desaparecer na história, reduzida a uma associação de debates irrelevantes*”, ou bem mais recentemente, quando afirmou, que “*em prol de nossa segurança, não necessitamos da permissão de ninguém*”. Estas posturas arrogantes e desafiadores dos EUA levam a pensar que o recado, dos atuais países contrários à guerra, e que é Bush (e não Saddam) quem representa a maior ameaça à ordem e à paz mundiais<sup>19</sup>.

Já a França, seguida pelos outros países contrários a guerra adotaram, ao menos pontualmente, uma postura inédita e corajosa, ao tentar desafiar a hegemonia americana, defendendo a via diplomática e explorando ao máximo a possibilidade de uma solução pacífica para a crise no Iraque, que deveria ser negociada e conquistada respeitando as regras e no seio de instâncias institucionais, i.e., multilaterais, como é a ONU. Essa postura foi literalmente assumida pelo atual ministro das relações exteriores da França, quando afirmou há pouco que os franceses são “*a favor de uma ordem mundial multipolar, fundamentada no direito e na moral e centrada no princípio de responsabilidade coletiva*”. Quase dispensável acrescentar que, ao tentarem fortalecer o regime de inspeções da ONU, a própria instituição pode ser fortalecida, uma vez que estaria mais bem aparelhada para resolver pacificamente crises análogas.

No entanto, é preciso salientar que tais posturas, que moldam as relações internacionais, não devem ser vistas como fixas ou estáticas, podendo ser abandonadas e/ou substituídas, de acordo com a conjuntura política. Assim, os EUA, que hoje defendem posições unilaterais, podem ulteriormente partir para ações multilaterais, e nada o impediria de buscar apoios de aliados, hoje contrários à guerra, para ajudar, por exemplo, a

remodelar o Iraque do pós-guerra (em contrapartida, quem sabe! a uma oferta de participação no butim a ser repartido após a era Saddam), ou para tentar, por exemplo, um novo acordo entre palestinos e israelenses.

A pergunta que se impõe parece ser a seguinte: apesar do ambiente mutável e instável que domina as relações entre os Estados, como pensar, em longo prazo, na configuração de uma ordem mundial e de relações internacionais que favoreçam o multilateralismo?

Ou seja, se grande maioria dos analistas estão de acordo em afirmar que estamos presenciando *uma tempestade, uma ruptura inédita no seio do Conselho de Segurança da ONU*, o que poderá trazer uma redefinição da ordem internacional. Seria então oportuno, especular sobre alternativas (talvez irrealistas pelo momento), mas que a atual crise induz a colocá-las na pauta de discussão.

De minha parte, entendo que, para que o multilateralismo tenha alguma chance mais efetiva de acontecer, se faz urgente modificar radicalmente o anacrônico sistema de um dos principais órgãos das Nações Unidas, que não é outro senão o referido Conselho de Segurança, que, por ser uma instituição decisiva na resolução de conflitos entre os Estados, não pode continuar a refletir uma estrutura de poder, própria do resultado de uma guerra que terminou há mais de meio século. O mundo mudou, e essa instituição, tal qual foi composta, já não dá conta de desafios que se apresentam em formas novas, imprevisíveis em 1945, assim como (esse *pentágono imperial*) tem se mostrado, igualmente, incapaz de responder de forma suficientemente democrática à necessidade de se posicionar diante de dilemas tão relevantes, como, no caso, aquela que opõe a paz à guerra.

Assim, e como defendi em recente publicação<sup>20</sup>, compartilho a posição de especialistas em relações internacionais que chegam a propor até uma reformulação nominal desse órgão, para os quais *urge a criação de um (novo) Conselho permanente de segurança da Humanidade, com representação regional e cultural (mais ampla e equitativa), que tome decisões por maioria qualificada e sem poder de veto*. Ou também, a possibilidade sugerida pelo jurista H. Kelsen (em 1944) da necessidade de tirar o caráter político das decisões que dizem respeito ao uso da força contra um país membro das Nações Unidas, hoje a caro do Conselho de Segurança da ONU, entregando tal competência a um órgão jurisdicional, mais neutro, afastado do poder político que poderia reorganizar as relações internacionais, atuando especificamente: 1º) na

determinação da infração à ordem e paz mundiais por parte de algum membro da comunidade internacional; 2º) as mediadas a serem aplicadas ao Estado faltoso e, 3º) quem e em que condições será aplicada a sanção<sup>21</sup>. A esse respeito, vale acrescentar que tal instituição já existe, desde 1945: a Corte Internacional de Justiça (CIJ) sediada na Haia e, que segundo o art.36 da Carta das Nações tem como competência *atuar em todos os litígios que as partes (Estados) lhe submetam e, em todos os assuntos especialmente previstos na Carta das Nações Unidas*. Mas, ambas “soluções” esbarram numa dificuldade de ordem prática, que diz respeito ao efetivo cumprimento de tais medidas, quando sabemos que são os americanos, pelo fato de ser a maior potência militar e econômica do mundo, o principal responsável, hoje, pela execução das mesmas.

Lastimo, contudo, o fato de que tais sugestões consigam ter algum sucesso. É isto, com base à atitude dos EUA, que, cada vez que sentem sua hegemonia ameaçada, têm preferido desafiar a comunidade internacional. Disso são evidências a rejeição ao tratado de Kyoto, que limitaria a produção de gases poluentes, à ratificação do Estatuto de Roma, que deu nascimento ao Tribunal Permanente Internacional, como também, o recente descarte do Tratado contra Mísseis Balísticos celebrado por eles com a ex-União Soviética, em 1972.

Essas atitudes prepotentes do atual governo americano parecem confirmar, mais uma vez, o abismo intransponível que separa o mundo real, no caso, unipolar, por eles procurado e praticado atualmente, e um mundo mais desejável, multipolar, a que a grande maioria, acredito, aspira.

Permita-me, então, de finalizar essas anotações de maneira bastante pessimista. Talvez isso se dê pelo fato de que a experiência tem me revelado, como diz Bobbio (seguindo a tradição maquiaveliana), que a história dos que pretendem ser mais justos e a história dos poderosos são linhas paralelas que dificilmente se encontram, e ademais, que “*a história que se acaba celebrando não é a primeira mas a segunda*”<sup>22</sup>.

De fato, no caso da crise no Iraque, tudo indica, mais uma vez, que presenciaremos o triunfo dos poderosos - os EUA -, mais ainda, se a guerra fosse de curta duração e “limpa” (poucas baixas entre civis iraquianos e, no máximo, duas mil baixas entre os americanos) e não daqueles que, de forma inédita, ao menos desde o pós-guerra, ousaram desafiar, adotando uma atitude - atrevo-me a dizer - mais justa, como fizeram os países da “Velha Europa”: França e Alemanha

tradicionais aliados dos americanos. Quando esses países e outros tentam evitar a guerra (além de perseguir outros interesses)<sup>23</sup>, estão tentando, também, evitar a catástrofe de dor e sofrimento que, desgrazadamente, se abaterá sobre o Iraque, com a morte (segundo recentes estimativas) de mais de quinhentas mil vidas e mais de um milhão e quinhentas mil refugiados, obrigados a abandonar sua terra. Tomara que eu esteja errado!

## NOTAS:

\* Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ/RJ; Professor Adjunto da Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO.

<sup>1</sup> O Conselho de Segurança da ONU tem por missão tanto determinar a existência de quaisquer atos de agressão e ameaças à paz, como também adotar as medidas necessárias para mantê-la e à segurança internacional (art. 39 da Carta das Nações Unidas). Entre elas, encontra-se a aplicação de sanções econômicas e inclusive o uso da força (arts. 41 e 42).

<sup>2</sup> Assim é denominado o grupo que atualmente norteia e controla a política de segurança americana. Esses “guerreiros”, que G. W. Bush levou para a Casa Branca, são o atual Vice-Presidente dos EUA, Dick Cheney; o secretário da Defesa, Donald Rumsfeld; o subsecretário da Defesa, Paul Wolfowitz, e a assessora de Segurança Nacional, Condoleezza Rice, autora da nova política de *ataques ou intervenção preventiva*.

<sup>3</sup> Os argumentos oficiais eram os seguintes: o Iraque não haveria respeitado as resoluções anteriores da ONU; deteria, ainda, armas de destruição em massa; seria culpável de violação aos direitos humanos; abrigaria organizações terroristas, etc.

<sup>4</sup> Vale lembrar que Osama bin Laden é de origem saudita.

<sup>5</sup> Provavelmente, importantes personalidades sairiam favorecidas com esse controle, se temos em conta, que, o ex-presidente americano George Bush, pai do atual, foi, entre 1978-84, alto executivo da Arbusto Energy (empresa petrolífera) e, entre 1986-90, executivo sênior da Harken (empresa petrolífera); que, o atual vice-presidente americano Dick Cheney foi, entre 1995-2000, executivo-chefe da Halliburton (empresa petrolífera), e a atual conselheira de segurança nacional do governo Bush, Condoleezza Rice foi, entre 1991-2000, executiva sênior da Chevron (empresa petrolífera).

<sup>6</sup> No Reino Unido 52% dos entrevistados se opunha à guerra, mas 63% eram favoráveis desde que o Conselho de Segurança a autorize; nos EUA, 59% dos en-

trevistados eram favoráveis a uma invasão ao Iraque, sendo que esse apoio aumentava para 66% se ela tivesse o amparo da ONU, *in: Jornal Folha de São Paulo, Mundo*, 15 de fevereiro p.A18, 26 de fevereiro de 2003 p.A9. Essas diferenças nos índices mudaram, posteriormente, no início de março, em ambos países. Assim, no Reino Unido 24% dos entrevistados se opunha à guerra, mas 52% eram favoráveis desde que tenha o aval da ONU; nos EUA, o número de aprovação à guerra aumentava para 66%, e a aprovação descia para 41% sem esse apoio, *in: Idem*, 12 de março de 2003 p.A10.

<sup>7</sup> Segundo o dossiê do chefe de inspetores da ONU, resta uma lista dos armamentos que poderiam ainda estar escondidos, entre eles: 10 mil litros antraz, ogivas para mísseis *Saad* preparadas com agentes químicos e biológicos e aviões sem piloto controlados à distância, que poderiam espalhar agentes químicos.

<sup>8</sup> Além do mais esse novo prazo para se desarmar Hussein, podia obedecer à troca do premiê turco, o novo mandatário, mais favorável a que os americanos usem as bases militares do país para atacar pelo norte o Iraque, conseguiria também que o parlamento da Turquia autorize essa medida, que tinha sido rejeitada anteriormente.

<sup>9</sup> O dirigente iraquiano deveria admitir, na TV de seu país, que possui armas de destruição em massa; que cientistas de seu país viajem para o exterior onde seriam interrogados pelos inspetores da ONU; que se compromete a destruir todos seus mísseis e laboratórios de produção de armas irregulares, etc.

<sup>10</sup> Para aprovar uma resolução no Conselho de Segurança das Nações Unidas, que autorize o uso da força, são necessários os votos de nove dos quinze integrantes, contando que nenhum membro permanente opte por usar o poder de veto.

<sup>11</sup> O presente artigo foi entregue para a publicação em 16-03-2003.

<sup>12</sup> Norberto Bobbio em suas declarações feitas à TV italiana e ao *Jornal Corriere della Serra*, e na entrevista exclusiva à *Folha* em 1991, *in: Jornal Folha de São Paulo, Especial Guerra*, 29 de janeiro de 1991, p.6.

<sup>13</sup> Juergen Habermas, *in: Idem*, 28 de fevereiro de 1991, p.7

<sup>14</sup> A necessidade de tirar Saddam Hussein do poder, por parte da atual administração americana, obedece, entre outras coisas, ao fato dele ser visto como um complicador para a ameaça e a estabilidade política e econômica da região, como ficou evidenciado, por exemplo, quando invadiu o Kuwait, em 1990, e igualmente ao fato dele eventualmente subministrar armas de destruição em massa a terroristas, suspeita esta que não foi ainda confirmada, segundo os vários relatóri-

os apresentados pelos inspetores da ONU ao Conselho de Segurança.

<sup>15</sup> Entre eles, os atuais: primeiro ministro de Israel; presidentes do Paquistão, do Egito, titular da monarquia saudita, etc.

<sup>16</sup> Ficaremos limitados às conseqüências que podem dar-se a nível do rumo das relações internacionais, e da ordem mundial, sem entrarmos em desdobramentos mais específicos, que a crise no Iraque pode ocasionar na Europa, e na OTAN que mostraram divisões preocupantes com respeito a atual crise.

<sup>17</sup> Para um estudo mais aprofundado das mesmas, Fonseca Jr., G. *A Legitimidade e outras questões internacionais*, Paz e Terra, São Paulo, 1998 pp.33-93.

<sup>18</sup> É bom lembrar que os americanos cooperaram ativamente com o atual regime de Bagdá durante a guerra Irã/Iraque (1980-88), e o regime de Hussein era tido como verdadeiramente legítimo apesar dos EUA terem conhecimento das aspirações militares de Saddam.

<sup>19</sup> É o que mostra, por exemplo, uma recente pesquisa de opinião na Alemanha, em que 38% dos entrevistados acharam que é Bush: 38%, e não Saddam: 37%, o líder que mais ameaça a paz mundial, *in: Jornal Folha de São Paulo, Mundo*, 5 de março de 2003, p.A7.

<sup>20</sup> Ricardo Antônio Silva Seitenfus, *in: Quintana, F. O desafio do Novo Milênio: Universalismo e/ou Particularismo Ético?*, S.Guerra (Coord.) *Direitos Humanos: uma abordagem interdisciplinar*, América Jurídica, Rio de Janeiro, 2002, p.123.

<sup>21</sup> Ricardo Antônio Silva Seitenfus, *in: Jornal Folha de São Paulo, Tendências/Debates*, 11 de março de 2003 p. A3.

<sup>22</sup> Bobbio, N. *Ética e Política*, *in: rev. Lua Nova*, nº 25, São Paulo, 1992 p.140.

<sup>23</sup> A França nutre laços históricos com Bagdá, além de ter interesse em seu petróleo. Isto último se estende igualmente a Alemanha. A Rússia emprestou muito dinheiro ao Iraque, e teme que, com uma eventual mudança de regime pós-Saddam, os empréstimos não sejam pagos. A China, aparentemente, quer apenas evitar o alastramento de novos conflitos, como aquele que pode dar-se eventualmente no futuro entre os EUA e, o seu vizinho: a Coréia do Norte.